

PROJETOS PARA O MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA E ÁREA ENVOLVENTE

João Mendes Ribeiro
Rui Lobo
(coord.)

Atelier de Projeto II-A
Mestrado Integrado
em Arquitetura

2019-20



DARQ DOCS eldarq

título

Projetos para o Mosteiro
de Santa Cruz de Coimbra e Área Envolvente

coordenação

João Mendes Ribeiro
Rui Lobo

unidade curricular

Atelier de Projeto II-A
Mestrado Integrado em Arquitetura

ano letivo

2019-20

coleção

DARQ DOCS

edição

eldlarq

Editorial do Departamento de Arquitetura
da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra

Colégio das Artes, Largo D. Dinis
3000-143 Coimbra

t: +351 239 851 350

f: +351 239 829 220

e: edarq@uc.pt

w: www.uc.pt/fctuc/darq/editorial

design do modelo gráfico

Editorial do Departamento de Arquitetura
da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra

composição da edição

Susana Lobo

Miguel Alberto

impressão e acabamento

Nozzle, Lda.

ISBN

978-989-53257-5-7

depósito legal

498461/22

Abril 2022



Esta publicação foi financiada por FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto SANTACRUZ com a referência POCI-01-0145-FEDER-030704 - PTDC/ART-DAQ/30704/2017



PROJETOS PARA O MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA E ÁREA ENVOLVENTE

João Mendes Ribeiro

Rui Lobo

(coord.)

Atelier de Projeto II-A

Mestrado Integrado em Arquitetura

2019-20

SUMÁRIO

- 7 **Introdução**
Rui Lobo
- Textos**
- 13 **O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: uma história arquitetónica**
Rui Lobo
- 23 **Mosteiro de Santa Cruz: património e musealização do espaço**
Maria de Lurdes Craveiro
- 29 **Da clausura à centralidade: o processo de modernização de Coimbra a partir do antigo Mosteiro de Santa Cruz**
Margarida Relvão Calmeiro
- 35 **Diálogos com a preexistência: leitura crítica de projetos de intervenção no património cultural edificado de Coimbra nas últimas décadas**
Mariana Lunardi Vetrone
- 41 **Processo histórico da preservação de bens culturais: teorias de restauro desde o racional-funcionalismo à exaltação do valor artístico da obra**
Fernanda Vierno de Moura
- 47 **Patologias pétreas nas fachadas de edifícios religiosos da Baixa de Coimbra**
Pedro Manuel Tavares
Sofia Salema
- 51 **Termas romanas de São Pedro do Sul: ligar fragmentos**
João Mendes Ribeiro
- 55 **Conservação, restauro e valorização do Mosteiro de Santa Cruz**
Desirée Pedro
- Propostas**
- 65 **Projeto de valorização, reabilitação e conservação do Mosteiro de Santa Cruz e área envolvente**
João Mendes Ribeiro
- 72 **Grupo A**
Duarte Sobral
Rita Sousa
Tatiana Carvalho
- 92 **Grupo B**
Rafael Rebimbas
Sofia Eghteda
- 112 **Grupo C**
Júlia Vidotti
Miguel Góis
- 132 **Grupo D**
Carolina Magalhães
Gabriela Rebelo
- 152 **Grupo E**
Fábio Almeida
Inês Correia
Nadège Barros
- Exposição**
- 175 **Projetos para o Mosteiro + recriação 3D in situ da “Última Ceia” de Hodart**
Rui Lobo
João Mendes Ribeiro
Mauro Costa Couceiro
Susana Lobo

IFIS

TEXTOS

MOSTEIRO DE SANTA CRUZ: PATRIMÓNIO E MUSEALIZAÇÃO DO ESPAÇO

Maria de Lurdes Craveiro

Universidade de Coimbra, CEAACP, FLUC / MNMC-DGPC

A ponderação sobre Património significa o confronto com um universo conceptual diversificado e complexo. No caso concreto do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e quando se configura a possibilidade de musealização do espaço, a questão implica a multiplicidade da observação de um circuito aberto ao culto, a atenção à natureza específica dos níveis qualitativos que se dilatam no tempo, a necessidade de racionalizar a circulação e a consciência do valor patrimonial que aqui se conjuga.

O Mosteiro de Santa Cruz mantém ativas funções litúrgicas e de responsabilidade formativa no domínio religioso (Fig. 1). É, portanto, um espaço aberto ao culto e a outras atividades que congregam a presença de uma comunidade alargada e de faixas etárias diferenciadas. É na gestão desta duplicidade, o serviço litúrgico e a dimensão religiosa, por um lado, e a viabilidade de um processo de patrimonialização e musealização, por outro, que os critérios de atuação se devem posicionar; assumindo uma cultura religiosa em permanência e refletindo sobre as estratégias potenciadoras de um património cultural e artístico de enorme relevância.

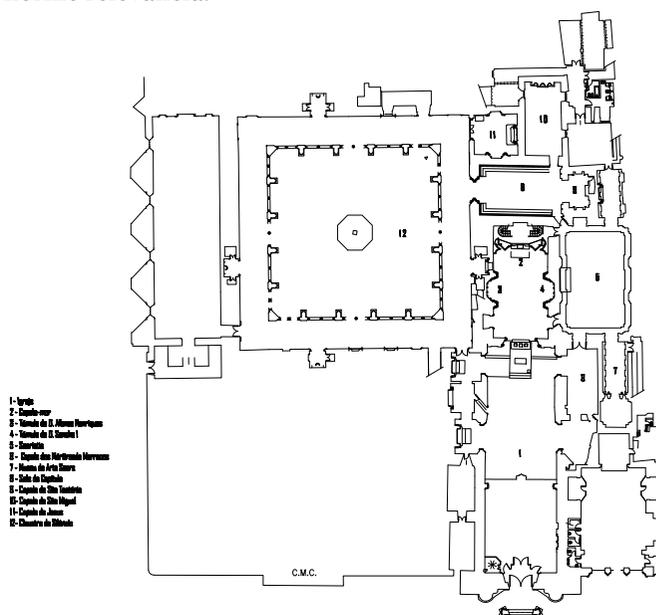


Figura 1 - Planta do Mosteiro de Santa Cruz. Fonte: DRCC.

Depois do período difícil que afetou a generalidade das estruturas monásticas a partir de 1834, os séculos XX e XXI têm vindo a reconhecer os níveis categorizados do Mosteiro: logo em 1907 foi protegido com a elevação a Monumento Nacional; em 2003 a igreja assumiu, em parceria com a igreja lisboeta de Santa Engrácia, a distinção de Panteão Nacional e, em 2013, integrou a área classificada pela UNESCO como Património Mundial. Nesta mesma classificação ficaram também integrados a antiga igreja de S. João de Santa Cruz (classificada em 1921), a Misericórdia



Figura 2 - Igreja do Mosteiro de Santa Cruz, Séc. XVI, Coimbra. ©Pedro Medeiros

de Coimbra (classificada em 1910) e o antigo claustro da Manga (classificado em 1934), espaços de dominação crúzia e hoje assumindo funções diversificadas e fora da circunscrição religiosa. O Parque de Santa Cruz (Jardim da Sereia) ficou então inscrito na zona de proteção do núcleo classificado Universidade de Coimbra, Alta e Sofia.

A dimensão patrimonial deste conjunto, hoje disperso e aparentemente sem ligação, não oferece qualquer dúvida. Quer por via do edificado, determinante para a construção de um sentido político e religioso que acompanha a cidade e molda também as estratégias culturais no domínio do urbanismo ou das expressões artísticas, quer por via de um acervo que se mantém no núcleo alargado do Mosteiro de Santa Cruz, a sua qualidade determina uma visibilidade esclarecida que se transforma, assim, num dever social e científico. Os espaços afetos ao culto (a igreja (Fig. 2), a sacristia e a capela de S. Miguel – com funções formativas) implicam uma atenção redobrada e exigem uma ponderação que concilia também a presença de objetos patrimoniais ao mais alto nível.



Figura 3 - Portal da sala do Tesouro, década de 30 do Séc. XVII, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. ©Pedro Medeiros

Se não pode admitir-se a perturbação em contexto cultural, é, por outro lado, expectável a implementação de um processo que permita a consciencialização dessa riqueza patrimonial que conduzirá, não apenas a um usufruto qualificado, mas também ao reconhecimento da sua importância na interação que desenvolve no patamar da ciência cidadã.

Desde logo, e se o edificado na igreja, sacristia, capela das Relíquias (Fig. 3) e capela de S. Miguel atinge o carácter nobilitado que lhe conferem os séculos XVI e XVII, e se, por exemplo, os túmulos dos dois primeiros reis da monarquia portuguesa, Afonso Henriques e Sancho I, suscitam em grande escala os fluxos turísticos, encontram-se nestes espaços as peças que, de idêntica forma, mereceriam outra projeção que um plano criterioso de musealização poderia proporcionar. Se os túmulos não podem, nem devem, deslocar-se da capela-mor da igreja (tal como o arcaz de Samuel Tibau (Fig. 4) deve permanecer *in situ* na sacristia ou os azulejos – figurativos na igreja (Fig. 5) e padronizados de tapete na sacristia – se devem conservar no revestimento

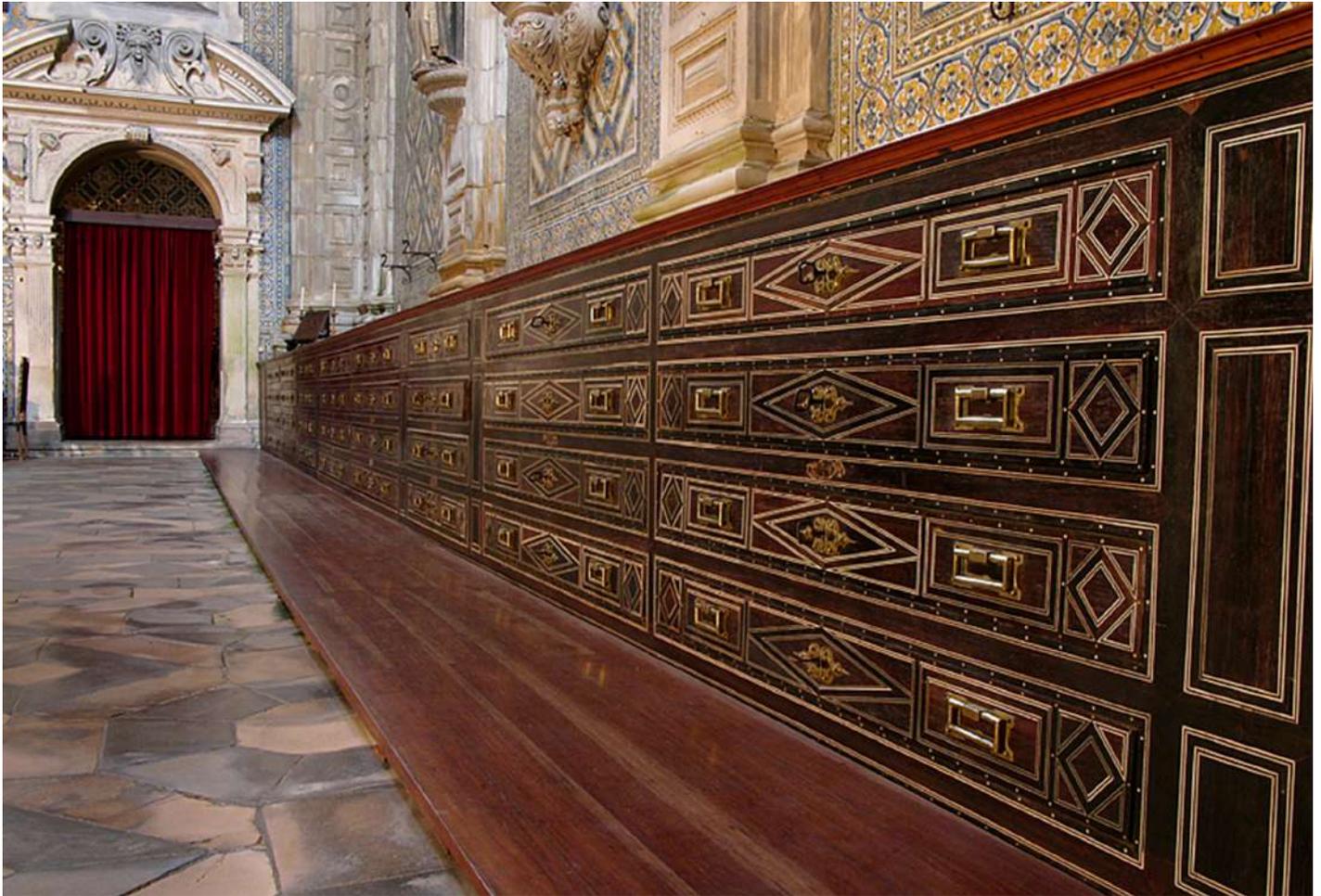


Figura 4 - Arcaza, Samuel Tibau, séc. XVII, sacristia do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. ©Pedro Medeiros

parietal para onde foram concebidos), a maior e melhor visualização de obras como o Pentecostes (1535) de Grão Vasco ou as pinturas sobre tábua que integravam o antigo retábulo (1522-1530) de Cristóvão de Figueiredo (Fig. 6), ou ainda um acervo constituído por peças diversas de escultura, tapeçaria, ourivesaria ou paramentaria que se distribuem pelas dependências anexas à sacristia (e todas deslocadas), apelam a uma outra colocação que lhes confira, finalmente, o patamar de reconhecimento nacional e internacional a que têm direito. E, nesta operação, será sempre necessário o cumprimento estrito de um procedimento atento e vigilante que considere circunstâncias aparentemente tão distintas como os níveis térmicos ou de humidade (preocupantes na área da sacristia) e de divulgação qualificada e atualizada. Dentro do Mosteiro de Santa Cruz há muitos outros espaços que, não estando afetos ao culto, são potenciadores de um circuito expositivo que tanto pode integrar as peças que se mantêm à salvaguarda do Mosteiro e que, por seu turno, têm a capacidade de convocar acervo distinto e com ele dialogar, como oferecer recinto criativo e formativo no acolhimento de exposições temporárias de natureza vária.

As capelas de maior ou menor dimensão no piso térreo e as dependências no piso superior do claustro do Silêncio, o refeitório (assumidamente convertido em Sala de Exposições temporárias da cidade) e a sala do Capítulo constituem oportunidades únicas a explorar numa articulação a construir entre a vocação patrimonial do Mosteiro e as expectativas exteriores (mais ou menos próximas).

O coro alto (Fig. 7) e o Santuário suscitam entendimento diferenciador. Espaços de capitalíssima importância na implementação de estratégias políticas e religiosas dos séculos XVI e XVIII, conservam, no fundamental, os equipamentos que definiram a sua função e a organização arquitetónica que lhes deu forma. O cadeiral e as estruturas que acompanhavam as mais de mil relíquias à guarda dos cruzados não autorizam ruído perturbador à leitura que deve decorrer de uma observação tão límpida quanto direcionada. Por isso mesmo, a informação disponibilizada deve ser, como em todas as circunstâncias expositivas, explícita, criativa e estimulante.



Figura 5 - Entrada triunfal da Cruz em Jerusalém alçada pelo imperador Heráclio, azulejo, meados do Séc. XVIII, Igreja do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. ©Pedro Medeiros



Figura 6 - Ecce Homo, Cristóvão de Figueiredo, óleo sobre madeira de carvalho, 1522-1530, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. ©Pedro Medeiros

As responsabilidades patrimoniais do Mosteiro de Santa Cruz não se cingem à salvaguarda do acervo que ainda hoje aqui se conserva nem do espaço que constitui o núcleo fundamental em torno do qual cresceu a projeção agostinha na cidade e que, por seu turno, interferiu na definição urbanística e cultural de Coimbra. Desde muito cedo, e a partir de uma capacidade interventiva granjeada por inúmeros apoios de natureza vária (desde a Cúria Romana aos reis de Portugal), os crúzios ganharam espaço e estenderam a sua presença e influência a uma área que, na cidade, ganhou uma dimensão que entrou dentro da malha urbana muralhada (com a construção do colégio de Santo Agostinho), chegou ao Jardim da Sereia e integrou a área onde se desenvolveria, a partir de 1537, o programa colegial da Rua da Sofia, já fora da alçada crúzia.

Mesmo que desanexados da antiga unidade monástica, estes espaços mostram a relação umbilical que se desenvolveu durante séculos entre o Mosteiro de Santa Cruz e a cidade e como, em grande parte, os crúzios interferiram na malha

urbana de Coimbra, ativando circuitos modernos e agindo em cooperação estreita com as forças civis ou religiosas instaladas no terreno. Algumas estruturas desapareceram já ou foram de tal forma intervencionadas no assumir de novas funções que perderam a sua definição original, mas, em muitos casos, mantém-se uma marca identitária muito específica que importa sempre realçar para a compreensão de um rasto obrigatório para a inteligibilidade da cidade.

O Parque de Santa Cruz ou Jardim da Sereia, hoje espaço público de usufruto da Natureza, foi ativado nos meados do século XVIII como área de lazer e contemplação para os cónegos, que se fizeram aqui rodear por uma iconografia (expandida sobretudo a partir das narrativas azulejares e da escultura) ligada à ideia de fertilidade universal (Fig. 8) e, em sistemático enquadramento bíblico, dos efeitos purificadores da água (na realidade, uma ideia que se transportou também, pelas mesmas cronologias, para uma área mais diminuta – o remate nascente da antiga enfermaria crúzia, hoje inserida na Escola Jaime Cortesão). Os potenciais que este espaço



Figura 7 - Cadeiral da igreja de Santa Cruz, Olivier de Gand, 1507, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. ©Gabriel Pereira

oferece no exercício de atividades culturais de formatos diversos transportam consigo a possibilidade de regeneração de uma estrutura fragilizada, numa vocação social integrada em que a recente instalação da Casa de Chá constitui também um prenúncio de reabilitação patrimonial.

Por outro lado, a igreja paroquial de S. João de Santa Cruz, anexa à igreja do mosteiro e hoje o café mais emblemático da cidade (desde 1923), tem feito um esforço considerável no âmbito da sua responsabilidade cultural, promovendo iniciativas várias que integram também as componentes expositivas, sobretudo remetidas para o espaço apertado da antiga capela-mor. Reivindicando a sua filiação crúzia (construída na sequência da reforma de 1527), o café mantém a ambiência patrimonial que deu forma à igreja e cumpre uma missão que inclui a articulação à cidade e ao exterior.

O espaço do antigo claustro da Manga sofreu igualmente as intervenções que haveriam de configurar o enquadramento arquitetónico e as funções que foram sendo assumidas nos

três lados claustrais até ao tempo presente (à exceção do demolido bloco a norte). No fundamental, resta a mutilada definição do claustro e a fonte central cuja obra, com forte sentido simbólico, se executava em 1533. A documentação escrita e gráfica disponível permite também o exercício de reconstituição desta estrutura, em ensaio minimalista e virtual que tem o grande mérito de patrimonializar o espaço, trazendo-o para a consciência coletiva.

No mesmo processo de recuperação virtual de um património desviado e perdido, o Projeto Santa Cruz (POCI-01-0145-FEDER-030704 - PTDC/ART-DAQ/30704/2017), atualmente em curso, direciona a sua atenção para a reconstituição da capela que albergava o conjunto escultórico da Ceia, acabado em 1534 por Hodart. No topo nascente do refeitório, a capela foi engolida pelas dependências onde se instala hoje a Direção Regional de Cultura do Centro, mantendo-se apenas o registo da entrada arquivada (Fig. 9) e, parcialmente, os púlpitos e os respetivos vãos de acesso. Como qualquer proposta



Figura 8 - O Profeta Eliseu deita sal na fonte de Jericó, medalhão azulejado na fonte do Jardim da Sereia, séc. XVIII, Parque de Santa Cruz de Coimbra. ©Pedro Medeiros



Figura 9 - Registo de entrada da capela da Ceia, João de Ruão, c. 1530, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. ©Pedro Medeiros

historiográfica, a reconstituição virtual da capela, com a disposição dos 13 figurantes à mesa da Última Ceia, constitui um processo que não deve ser considerado definitivo, mas antes entendido como uma possibilidade criteriosa para a recuperação de um património único, sempre sujeito ao escrutínio da investigação futura.

O Mosteiro de Santa Cruz oferece, assim, múltiplos potenciais de abordagem patrimonial que suscitam uma intervenção museológica em diferentes formatos. Quer seja a partir da consciência dos níveis de importância do edifício, da sua qualidade artística e da sua capacidade de projeção política e cultural, quer da análise discutida de um acervo presente no local ou transferido, quer seja a partir da exploração do seu papel religioso e social, no confronto com outras forças políticas e religiosas equivalentes, quer ainda da possibilidade de conferir transparência à vida religiosa ou, finalmente, da recuperação do papel aqui desempenhado por muitas personalidades de projeção nacional e internacional, o Mosteiro de Santa Cruz

mantém-se como alfobre energético de índole patrimonial e instituição privilegiada para a compreensão da própria cidade de Coimbra.

Referências Bibliográficas:

Antunes, Joana, Joaquim Oliveira Caetano e Maria João Vilhena de Carvalho. 2014. "Novos dados sobre Olivier de Gand". *Invenire, Revista de Bens Culturais da Igreja*, nº 8: 14-21.

Craveiro, Maria de Lurdes. 2011. *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: DRCC. <http://hdl.handle.net/10316/44604>

Lobo, Rui. 2020. "From sculpture to architecture: Jean de Rouen at the Monastery of Santa Cruz of Coimbra (ca 1528-1535)". *DigitAR, Revista Digital de Arquitectura, Arqueologia e Artes*, 7: 84-107. <https://impactum-journals.uc.pt/digitar/article/view/9505>